

ATA Nº 9

9ª Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
da Ordem dos Arquitectos

Ao quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, teve lugar a 9ª Assembleia Regional ordinária do mandato 2023-2026, na sede da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa, convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, João Paulo Bessa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da Ata da Assembleia Regional de 28 de outubro de 2024;

2. Apreciação e Aprovação do Relatório de Atividades de 2024;

3. Outros assuntos de interesse para a Secção.

Com a presença da Mesa constituída pelo Presidente João Paulo Bessa (JPB), e pelos Secretários Liliana Nóbrega (LN) e Gastão da Cunha Ferreira (GCF).

A Assembleia teve início pelas 19:00 horas, uma vez que às 18:00 horas não havia ainda o quórum exigido legalmente.

O Senhor Presidente JPB, saudou os presentes, agradecendo a presença de todos e, a título informativo, referiu que o som da sessão iria ser gravado para efeitos de elaboração de ata.

Estiveram presentes na Assembleia Regional 16 arquitetos, e 1 arquiteta em videoconferência (que não poderá votar) que se encontram inscritos nesta Secção Regional enquanto membros efetivos e no pleno exercício dos seus direitos.

Ponto 1. Aprovação da Ata da Assembleia Regional de 28 de outubro de 2024:

Antes de começar o Presidente JPB solicitou os números dos membros que estiveram na assembleia de 28 de outubro 2024, tendo contabilizado 16 pessoas.

A Ata minuta da 8ª Assembleia Regional de 28 outubro foi lida integralmente em voz alta pela Secretária da Mesa LN. O Presidente JPB questionou se algum dos presentes pretendia fazer alguma intervenção, não tendo havido demonstração interesse.

Agradecendo a quem não esteve presente na anterior votação que não se manifestasse, o Presidente JPB colocou a votação o ponto 1 da OT:

A Favor	16
Contra	0
Abstenção	0

A ata da 8ª Assembleia Regional, teve um total de 16 votos favoráveis e, por isso, aprovada por unanimidade pelos 16 membros que estiveram presentes na Assembleia Regional de LVT de 28 de outubro de 2024.

Ponto 2. Apreciação e Aprovação do Relatório de Atividades de 2024:

O 2º ponto da OT foi a apreciação e votação do Plano de Atividades de 2024.

O Presidente da Mesa JPB, pediu ao Presidente da Secção Regional de LVT arquiteto Pedro Novo (PN) para que fizesse a apresentação do documento.

O arquiteto PN desejou boa tarde aos presentes.

Como nota introdutória refere que a leitura da ata pela arquiteta LN, acabou por ser um resumo muito concreto do que foi o trabalho do ano de 2024, mesmo aparecendo um pouco antes do término do ano.

E que, por isso, iria fazer uma apresentação breve visto que todos tiveram acesso ao documento.

No primeiro ano de mandato, PN refere que importa sublinhar a implementação do Gabinete Jurídico na secção, tendo sido impactante no que é a orgânica do seu funcionamento, na gestão das dinâmicas do CDN, nas questões jurídicas com as quais foram confrontados no apoio á prática, tendo havido uma boa articulação e enorme disponibilidade em trabalhar com o CDN em todas as áreas.

Mencionou a existência de muitas iniciativas externas que tiveram impacto da profissão: protocolos institucionais com uma dezena de municípios, trabalho feito com as CIMs, a rede TAGUS, que foi um momento singular da vida da Ordem, porque agora é possível trabalhar com 6 centros de investigação na área da arquitetura, e produzir um impacto no que são as práticas da arquitetura neste território.

Falou-se em 7 protocolos com editoras e agora, até à data do fecho do relatório, são 9.

E foram estabelecidos diversos acordos comerciais, com benefícios para os membros articulados com o CDN.

Importa referir que no ano que passou um dos eixos orientadores, em todas as atividades realizadas pela secção, foi o tema da equidade de género. Tanto na construção de júris, como na escolha de eventuais representações, foi sempre uma preocupação, por forma a ir mais além do que apenas a promoção da equidade em atos eleitorais.

Conclui-se que o CDR LVT cumpriu uma percentagem muito significativa dos objetivos definidos.

Relativamente à Presidência, foram protocolados acordos com 14 municípios, 5 CIMs, com a CDRLVT e outras entidades de âmbito e gestão territorial.

Em abril 2024 foi constituída a Rede TAGUS e, em outubro de 2024 foi organizado, a convite do CDN, o 5º CIEL - Congresso de Habitação no Espaço Lusófono que teve, por parte do CDRLVT muito empenhamento na sua organização.

Sobre os Serviços financeiros foram implementadas diversas medidas, visando o aumento de receita: como a gestão ativa de capital, redução de despesa e renegociação de vários contratos (elevador, limpeza, estacionamento, segurança, entre outros).

O 2º ponto refere-se à quotização, tendo sido dada a informação da possibilidade e fixação de um plano de regularização de pagamento de quotas a todos os membros, realizado numa estreita integração com

os membros, para uma melhor articulação no pagamento das dívidas para com a Ordem com prazos flexíveis que são de extrema importância.

Algumas iniciativas ainda estão em curso, como exemplo a aposta na Formação e na melhoria das condições de trabalho dos funcionários e redução da despesa fixa (exº. redução de contratos).

A secção teve receitas dos juros de depósitos a prazo (já mencionado), o que constituiu uma receita significativa, garantindo a saúde financeira da secção.

É de sublinhar que foi resgatada uma única aplicação existente num fundo de dívida soberana privada que, para a secção, tinha uma origem duvidosa, e entendeu-se ser mais sensato a Ordem não estar envolvida nestes instrumentos financeiros.

Na Encomenda ocorreu, e como tem sido apanágio da secção, um apoio e assessoria a diversas entidades adjudicantes. Ocorreu o apoio à instrução de processos de concurso, escolha de jurados, iniciou-se a reflexão sobre a criação de uma bolsa de jurados que é um objetivo deste mandato, acreditando que será este ano que se irá efetivar a criação da bolsa.

Iniciaram-se os trabalhos de elaboração das Normas de funcionamento dos serviços de Encomenda dos Conselhos Diretivos Regionais. A constituição de um grupo de trabalho com coordenação nacional, por parte do CDN, com membros e funcionários das secções do Norte, LVT e CDN, permitirá efetivar estas normas.

Iniciou-se também a elaboração do Manual de Boas Práticas dos Concursos e Encomenda que se espera que venha a ser um instrumento de auxílio a quem quotidianamente trabalha com a Encomenda.

Na Prática Profissional, a constituição do já referido Gabinete Jurídico, introduziu uma melhor articulação entre o serviço e os membros. As novas ferramentas administrativas, articuladas com o CDN, permitiram dar respostas mais rápidas, monitorização dos tempos de resposta, e articulação dos pontos de situação de resposta com as restantes secções.

Houve uma vigilância constante sobre as alterações legislativas, o que permitiu ao CDR e aos funcionários da secção participar, a convite do CDN, em várias ações de produção legislativas.

Os protocolos com municípios acabaram também por verter a presença do CDR em várias Comunidades Intermunicipais e Municípios, em espaços de conferência e de diálogo que se tornaram importantes estratégias de pedagogia perante os técnicos dos municípios, e os membros que produzem projetos e os submetem nesses municípios. Acabando por criar uma valorização da prática profissional com a articulação desses protocolos.

Ocorreram processos de padronização que emanam das ferramentas administrativas que foram constituídas. No que diz respeito ao serviço da prática profissional é um serviço que continua em processo de consolidação e melhoramento constante para 2025 e 2026.

Na Formação ocorreram de janeiro a dezembro 164 ações de formação, onde 189 membros efetivos e 992 membros estagiários participaram. Ocorreu a reestruturação do Plano de Formação para 2025, houve também um trabalho de auscultação das formações, o que permitiu igualmente uma reorganização dos formadores, articulada com o CDN.

A estratégia de Formação à Medida, implementada no ano anterior, começou a dar frutos e a ser contratualizada por entidades externas à secção.

Quanto à Admissão, ocorreu uma otimização e agilização de procedimentos entre secções regionais e CDN. Estão a ocorrer uma série de alterações e revisão de regulamentos, como o da Inscrição no Estágio, o que irá permitir uma revisão dos estatutos, aquando da sua alteração.

Em 2025 ocorreram mais visitas a Universidades do que o ano transato, um processo de aprendizagem para a secção, agora mais oleado e articulado com as Universidades.

A Cerimónia de Receção aos Novos Membros foi um momento impactante, à semelhança do ano anterior, acabando por ser uma excelente oportunidade para dar as boas-vindas aos novos membros que iniciavam o seu percurso profissional.

O Observatório do Estágio é uma iniciativa a sublinhar, permitindo uma clarificação sobre as intenções dos estagiários, as escolhas e entidades, a avaliação que os mesmos fazem do contexto onde estagiam e a duração do mesmo. Este Observatório faculta dados efetivos de como estão a decorrer os estágios na secção LVT.

Na Gestão Administrativa e operativa, no que diz respeito à Secretaria, não há nada a registar.

Nos Recursos Humanos, é de mencionar que houve uma série de iniciativas levadas a cabo no sentido de apoiar a melhoria das instalações físicas e digitais, como referido anteriormente. E, no que diz respeito às melhorias introduzidas nas condições de trabalho dos funcionários, estas permitiram uma maior qualidade no seu dia a dia.

Quanto à Comunicação, foram realizados diversos trabalhos conjuntos com as diversas secções e com CDN, não só no redesenho da página dos websites, articulação na comunicação entre secções. Um momento importante foi o lançamento da Revista Intersecções. Um projeto sobre o qual havia muito ceticismo, tanto do CDN como nas Secções. Hoje é reconhecida e há outras 2 secções que já lançaram números, e outra que está prestes a mandar para gráfica o seu 1º número. Provando-se que é um projeto editorial com interesse no seu global na comunicação da Ordem e para reconhecimento do trabalho desenvolvido por esta e outras secções. Foi importante a valorização que as outras secções fizeram a esta edição, reconhecendo-a como válida e usando-a como um instrumento da sua comunicação.

Para além da revista, os canais de comunicação: Facebook, Site, LinkedIn, Instagram, Twitter, Rede X, foram potenciados durante o ano, criadas algumas das redes que ainda não existiam, sendo mais um elemento importante na comunicação.

A Cultura desenvolveu-se em 5 eixos: Rede TAGUS, Ciclo de sessões públicas, Roteiros, Debates temáticos e Prémio Regional de Arquitetura.

Com a Rede TAGUS, para além de toda a atividade com os centros de investigação, ocorreram 2 debates conversas na sede, 4 sessões públicas (2 cancelados por diversas questões), roteiros de viagem e passeios pela arquitetura de Lisboa e Vale do Tejo, representaram momentos interessantes de partilha e de interação com os membros. Quanto aos debates temáticos, sobre o tema da equidade de género, foram programadas 3 conversas e realizados 2 (uma adiada pela proximidade a um ato eleitoral e o painel tinha órgãos eleitos, ou eventuais candidatos a ato eleitoral). Estas ainda poderão vir a ocorrer em 2025.

O Prémio Regional de Arquitetura Rui Jervis Atouguia, é um projeto que se pretende que aconteça durante o mandato. No decorrer na construção do projeto, e para sua sustentabilidade financeira, houve uma série de protocolos instituições levados a cabo com: CIMs, CCDR LVT, Direção Geral de Energia, que se apresentaram como capacitadas a poder financiar o prémio. Pela dificuldade de firmar os protocolos de uma vez só, tem vindo a ser adiado. Entendeu a secção que se fosse possível envolver todas as CIMs, todos os municípios estariam no prémio, e haveria uma maior articulação com municípios destas comunidades. O regulamento está a ser fechado com as entidades parceiras e, em 2025, espera-se que o Prémio seja lançado.

Quanto à Biblioteca: 8 parcerias com editoras nacionais, 400 novos livros, 9 livros lançados na ordem, feita reedição do livro «*Lisboa em transformação*» de Keil do Amaral, recebeu 2 espólios e acervos bibliográficos, foram adquiridas diversas primeiras publicações que não estavam no catálogo da biblioteca, etiquetagem melhorada e processo avançado para lançamento de mais 50m/lineares de novas prateleiras, sistema articulado com o co-autor do projeto do edifício e, por fim foi realizada a Feira do Livro Usado.

Os Presidentes PN e JPB passaram a palavra à Presidente do Conselho de Disciplina Regional Arquiteta Luísa Marques (LM) para apresentar o seu Relatório de Atividades.

A Arquiteta LM referiu que sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho de Disciplina Regional (CDR LVT) iria realçar 3 pontos fundamentais:

1- Quando tomaram posse em final de 2024 herdaram processos do anterior Conselho. Nomeadamente 45 processos que depois de uma 1ª análise, se mostraram enquadráveis na lei da amnistia, criada com a vinda do Papa a Portugal, tendo assim sido arquivados porque os factos eram enquadráveis nesta lei. O primeiro trabalho desenvolvido foi o da análise desses processos e o seu enquadramento, ou não, dentro da lei da amnistia (final de 2024, e início de 2025). Muitos destes processos eram enquadráveis, mas não a totalidade.

2- Arrumaram a casa, analisaram os procedimentos existentes, tanto ao nível interno como na sua relação com o exterior. Constatou-se que havia uma resposta de forma «avulsa» às questões e que haveria de encontrar metodologia e procedimentos tipo para que ajudasse a enquadrar, a nível interno, e a criar uma neutralidade de análise relativamente aos procedimentos. Elaborou-se uma "*minuta tipo*" que qualquer pessoa poderia utilizar para fazer a participação e saber os elementos a entregar. Esta alteração contribuiu bastante na relação com exterior, internamente na organização, sistematização do trabalho e no tratamento, de forma semelhante, independentemente da análise dos conteúdos.

3- Elaboraram-se *FAQs - Perguntas frequentes*, para ajudar quem tem dúvidas recorrentes: como fazer uma participação? como é o procedimento disciplinar? etc. Esta informação foi disponibilizada aos membros e a quem está envolvido nesse trabalho.

Internamente, foi feita uma análise de arquivo aos processos pendentes, e elaborou-se um documento interno "*Mapa de controlo e monitorização dos processos*" em Excel, em constante atualização, na tentativa de normalizar tempos, informação e sua distribuição.

O CDR recebeu em 2025, 43 participações, algumas sem sequência e outras que passaram para processo de inquérito e disciplinar, ou arquivadas.

Paralelamente, o Conselho de Disciplina Regional fez uma análise crítica ao Regulamento Deontologia e Procedimento Disciplinar, á luz do novo Estatuto Deontologia da Ordem dos Arquitectos que torna incorretos e obsoletos alguns dos articulados. O documento foi elaborado, depois enviado para análise no Conselho de Disciplina Nacional, que tem a superintendência relativamente a este documento, tendo sido já realizada uma 1ª reunião em 2025 sobre o tema. O documento ainda se encontra em estudo de alteração.

Tendo finalizado a sua intervenção, o senhor presidente JPB questionou se havia alguma intervenção por parte dos membros aos presidentes da CDRLT e CDR LVT.

O arquiteto Rui Florentino (RF) pediu para intervir, dizendo que a estrutura apresentada pelos pelouros e os órgãos da secção, estavam de acordo com o plano de atividade aprovado para 2024. Quis ainda valorizar as atividades desenvolvidas, mais no âmbito cultural, e chamar a atenção para a importância e atenção dada à manutenção do edifício.

O arquiteto RF refere que era importante dar uma nota de balanço conclusivo aos pontos que estão ou assinalados por iniciar, sendo estes apenas meros reparos formais e não de conteúdo substantivo.

O Presidente JPB colocou à votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos (OT):

A Favor	16
Contra	0
Abstenção	0

O Plano de Atividades de 2025, foi aprovado por unanimidade, com um total de 16 votos a favor.

Seguidamente o Presidente JPB passou ao ponto 3 da OT.

Ponto 3. Outros Assuntos de interesse para a Secção:

O Presidente JPB questionou se alguém pretendia intervir sobre os assuntos da secção.

O membro 7170 arquiteto Miguel Varela Gomes, secretário do CDN, referiu que o Relatório de Atividades é uma resenha do que foi feito, que não discorda e tudo lhe pareceu correto.

Refere que já foi aprovado o Plano de Atividades deste ano, relativamente ao Apoio a Prática Profissional da Secção LVT e, tendo encabeçado o desenvolvimento de uma nova ferramenta que já está em funcionamento, desde o final do ano passado, sublinha que tudo o que esta ferramenta está a produzir em termos de efeitos as conclusões serão feitas no final deste ano.

Não obstante, o que se passa é que a secção LVT, com mais membros, acaba por ter um défice de prestação deste serviço, uma vez que este veio produzir um incremento dos pedidos de esclarecimento. E, os pedidos de esclarecimento poderão vir a aumentar progressivamente, mas a capacidade de resposta continuar limitada. Questionou se foi previsto algum reforço desta estrutura, em termos de recursos humanos, para melhorar a prestação deste serviço.

Acrescenta que esta plataforma tem como intenção, disciplinar o serviço e monitorizar, para depois tirar conclusões e promover a produção de FAQs, assim como análises estatísticas sobre as dificuldades que os membros têm no exercício da profissão.

É um serviço que todos consideram muito válido para os membros, muito procurado, e para muitos o que justifica o pagamento da quota, a prestação da Ordem e todo o apoio que a Ordem dá no serviço da profissão.

O Presidente PN respondeu à questão, dizendo que está contemplado, e é uma resposta que já deveria ter acontecido no passado, sendo que o relatório de atividades explana essa fragilidade, e também devido à sobrecarga que as outras secções colocam no apoio à prática desta secção. Tem havido, entre presidentes das secções, diálogo no sentido de se autonomizarem e, permitir que possam dar resposta ao apoio à prática por forma a aliviar a capacidade de resposta da secção LVT. A musculação do recente Gabinete Jurídico, deu maior capacidade de resposta ao que são muitas das questões levantada pelos membros no apoio à prática.

A componente jurídica, cada vez mais e mais complexa, estrategicamente justifica a existência do Gabinete Jurídico. A partir do próximo mês de junho, este gabinete estará a trabalhar em pleno, e na articulação e velocidade desejadas desde a tomada de posse. O 2º passo será na consolidação do apoio à prática e no apoio ao arquiteto Paulo Mallen.

O membro arquiteto RF pediu a palavra para comentar a observação, deixando nota que o serviço de apoio à prática, na medida do possível, deve ser assegurado por arquitetos e não apenas juristas, devendo ser valorizado o conhecimento dos colegas na resolução das dúvidas jurídicas que os juristas muitas vezes não têm tempo.

Refere que os juristas são necessários, mas, por vezes, criam problemas na gestão interna (falando por experiência direta enquanto membro eleito do CDN). Pensa que muitas vezes, os colegas arquitetos conseguem resolver essas questões, dúvidas colocadas a este pelouro. A secção não deve deixar esta componente de lado, dado que pelo que tem percebido, muitas vezes os colegas não ficavam satisfeitos com as respostas jurídicas que são dadas, sem prejuízo do trabalho dos juristas.

Deixou outra sugestão, que foi já posta em prática pelo atual CDRLVT, no reforço da componente da participação da Ordem nos grandes debates do ordenamento e território, visto que a região de Lisboa tenderá a ser alvo de significativos investimentos, aproximando-se das autárquicas que terão momentos de debate sobre os grandes temas da atualidade (pontes, TGV, planeamento em geral, etc.), devendo continuar e reforçar a intervenção da secção LVT, em articulação com o CDN.

O arquiteto PN aproveitou a nota para referir que no dia 22 maio iria acontecer uma mesa redonda, com os municípios de Lisboa, Oeiras, Almada e Montijo e a CCDR LVT, para discutir o parque urbano das 25 000 casas. Discutir o planeamento regional e tudo o que isso irá implicar: 2 aeroportos, uma nova travessia, etc., deixando o convite a todos para o debate.

O Presidente da Mesa JPB questionou se existia mais alguma questão, e não havendo solicitou à Secretária da Mesa da Assembleia arquiteta LN para que lesse a ata em minuta aos presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa JPB agradeceu a presença a todos os membros presentes, presencialmente e online, dando por encerrada a Assembleia pelas 20:25 horas, da qual se lavrou a ata minuta que foi lida a todos os presentes, e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Regional LVT, arquitetos Liliana Nóbrega e Gastão da Cunha Ferreira, e posteriormente disponibilizada.

Presidente da Mesa | João Paulo Bessa

Secretário da Mesa | Liliana Nóbrega

Secretário da Mesa | Gastão da Cunha Ferreira